

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul - 1º Andar - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2017

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, ao final do primeiro semestre de 2017, mais de 651 mil participantes ativos. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central em abril de 2017 (último dado disponível), mantém a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras.

A carteira concentra 94% de sua composição nas modalidades de automóveis (90%) e imóveis (4%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por mais de 585 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, outros bens móveis (eletroeletrônicos) e serviços, além das destacadas acima.

No primeiro semestre de 2017, foram comercializadas mais de 102 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 4,03 bilhões em volume de negócios. Na economia, a BB Consórcios disponibilizou valor superior a R\$ 2,04 bilhões, decorrente do pagamento de mais de 62,4 mil bens e serviços, gerando, cada vez mais negócios para os diversos elos da cadeia produtiva.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

De janeiro a junho de 2017, as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à comercialização de produtos de maior valor, a exemplo dos planos para automóveis com cartas de até R\$ 230 mil, cuja iniciativa visa atender a demanda do mercado.

Já no segmento de imóveis, o volume comercializado no período apresentou crescimento de 66,3% em relação ao mesmo período anterior.

Outro ponto a se destacar, no período, foi o foco estratégico e aproveitamento de oportunidade de vendas, observando comportamento de clientes na busca por planejamento financeiro, que o produto consórcio oferece; vendas em novos canais alternativos (foram R\$ 62 milhões comercializados pela internet, R\$ 414,9 milhões em parceiros de vendas e R\$ 35,3 milhões via aplicativo para celular - funcionalidade lançada no final de maio deste ano); e atração de públicos a partir da reformulação e desenvolvimento de novos produtos para segmentos específicos, como clientes alta renda ou produtores rurais.

Cabe destacar que as estratégias de adequação de portfólio pautaram-se no atendimento de práticas de *suitability*, adequando produtos de acordo com o perfil de clientes.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

Em continuidade às ações voltadas às iniciativas sociais e sustentáveis, a BB Consórcios mantém grupos destinados a aquisição de bens e serviços sustentáveis, dando continuidade à estratégia lançada no ano anterior para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa visa permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. Esta linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país e vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental aprovada pela BB Consórcios, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A BB Consórcios não figurou entre as 5 primeiras administradoras, no ranking de Instituições por Índice de Reclamações do Banco Central, conforme último dado disponível (segundo semestre de 2016). As ocorrências recebidas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

No primeiro semestre de 2017, foram registradas 50 ocorrências no portal consumidor.gov.br sendo que a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, no prazo médio de 6,8 dias, inferior ao limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., o BB Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2017, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 335,6 milhões, incremento de 41% em relação ao mesmo período de 2016. O lucro líquido alcançou R\$ 169,8 milhões, representando um RSPL de 82,6%.

No encerramento do semestre, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 205,6 milhões.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a maio de 2017, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios apresentou R\$ 36,3 bilhões em volume de negócios.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas até maio foi de, aproximadamente, 912,5 mil, somando 6,93 milhões de participantes ativos.

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE		540.282	451.459
Disponibilidades	4	916	44
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		433.836	406.462
Aplicações em operações compromissadas	5.a	433.836	406.462
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		59.923	30.565
Carteira própria	6.a	59.923	30.565
Outros Créditos		45.805	14.378
Créditos específicos	7.a	541	541
Diversos	7.b	45.264	13.837
Outros Valores e Bens		2	10
Despesas antecipadas		2	10
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		--	676
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		--	676
Carteira própria	6.a	--	676
PERMANENTE		38	33
Imobilizado		32	33
Móveis e equipamentos de uso		49	47
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(17)	(14)
Intangível		6	--
Ativos Intangíveis		6	--
TOTAL DO ATIVO		540.320	452.168

A participação do consórcio de veículos leves no mercado interno foi de 30,6% de janeiro a maio, ante ao 33,3% no mesmo período de 2016.

Em relação ao mercado de consórcios de imóveis, o ticket médio cresceu 21,8% até maio de 2017 e os créditos disponibilizados para compra de imóveis cresceram 7,6%.

A exemplo dos quatro primeiros meses deste ano, as adesões em maio voltaram a apresentar crescimento em cinco dos seis setores - veículos automotores leves e pesados, imóveis, serviços e eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis - com destaque para serviços, que manteve a liderança, com alta de 113,6%. Na sequência vieram eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis com 28,4%; veículos leves com 19%; imóveis com 12,7% e veículos pesados com 11,5%. Somente o setor de motocicletas manteve percentual negativo de - 6,1%.

Para o semestre que se inicia, é possível antever o crescimento do mercado de consórcios, apoiado na conscientização, cada vez maior, do consumidor sobre educação financeira.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e três suplentes.

A Administradora adota as boas práticas de governança onde as decisões são tomadas de forma colegiada por meio de comitês e subcomitês que garantem maior agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

No primeiro semestre de 2017, foram preenchidos os 14 cargos para novos funcionários aprovados em 2016.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores do, no encerramento do segundo semestre de 2017, era composto por 48 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

Em junho de 2017, a BB Consórcios passou a funcionar em novo endereço, localizada no Edifício Banco do Brasil, que é um prédio sustentável, baseado em conceitos inovadores, projetado com requisitos legais de ergonomia e sustentabilidade, guardando características que favorecem a realização dos trabalhos e a qualidade de vida do trabalho, com maior conforto ambiental, disponibilização de espaço conveniência: praça de alimentação, Posto de Atendimento Bancário, Espaço Gourmet (onde os colaboradores podem fazer suas refeições) e Espaço QVT (onde são desenvolvidas atividades que promovem a Qualidade de Vida no Trabalho).

Durante o semestre, foram desenvolvidas, ainda, ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios.

GESTÃO DE RISCOS

O Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes da BB Consórcios é atualmente composto pelos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito e Operacional.

O modelo de gestão de riscos adotado pela Administradora contempla as fases de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento, e, alinha-se à metodologia utilizada pelo Controlador. Sua aplicação permite a identificação e classificação dos eventos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, e a escolha das respostas aos riscos de acordo com os limites de apetite e tolerância declarados. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes e supervisa o processo de gestão de riscos corporativos, que é contínuo e flui através da organização, sendo conduzido pela Diretoria Executiva e demais funcionários em todos os níveis hierárquicos.

CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento dos controles internos na BB Consórcios é efetivo e consistente com a natureza e complexidade das operações realizadas, e, tem proporcionado com razoável segurança o atingimento dos objetivos da empresa, a fidedignidade das demonstrações financeiras e a aderência aos normativos internos e externos. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

A Gerência Controles Internos realiza periodicamente testes de conformidade visando à mitigação do risco de *compliance*. Também utiliza metodologia estruturada para avaliar a eficácia dos controles-chave alinhados aos processos, com o objetivo de identificar oportunidade de melhorias.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A BB Consórcios utiliza-se do serviço técnico profissional especializado prestado pela KPMG Auditores Independentes, que tem por objetivo obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo sua opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE		334.750	255.090
Outras Obrigações		334.750	255.090
Sociais e estatutárias	8.a	161.696	120.310
Fiscais e previdenciárias	8.b	95.974	87.658
Diversas	8.c	77.080	47.122
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		205.570	197.078
Capital		167.522	98.539
De domiciliados no país	11.a	167.522	98.539
Reservas de Lucros		38.048	98.539
11.b			
TOTAL DO PASSIVO		540.320	452.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	1º Sem2017	2º Sem2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.412	23.718
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	22.412	23.718
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.412	23.718
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		235.209	202.775
Receitas de prestação de serviços	8.a	335.635	305.723
Despesas de pessoal	9.b	(7.481)	(6.063)
Outras despesas administrativas	9.c	(9.273)	(7.432)
Despesas tributárias	12.c	(45.023)	(40.315)
Outras receitas operacionais	9.d	7.020	5.978
Outras despesas operacionais	9.e	(48.669)	(55.116)
RESULTADO OPERACIONAL		257.621	226.493
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		--	(78)
Despesas não operacionais	10	--	(78)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		257.621	226.415
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(87.597)	(76.720)
12.a			
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(184)	(184)
LUCRO LÍQUIDO		169.840	149.511
Número de ações		14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)		12,04539	10,60382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	1º Sem2017	2º Sem2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		257.621	226.415
Lucro antes dos Tributos e Participações		203	228
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		200	2.225
Provisões para passivos contingentes	15.b	200	2.225
Despesas de depreciação		3	3
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		257.824	228.643
Variações Patrimoniais		(134.687)	(108.904)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(27.174)	(76.473)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(28.682)	(7.344)
(Aumento) Redução em outros créditos		(31.488)	19.375
Imposto de renda e contribuição social pagos		(105.282)	(34.612)
Aumento (Redução) em outras obrigações		57.939	(9.850)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		123.137	119.739
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2)	--
Aquisição de imobilizado de uso		(2)	--
Aquisição de intangível		(6)	--
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(8)	--
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(122.257)	(119.740)
Dividendos pagos		(122.257)	(119.740)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(122.257)	(119.740)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		872	(11)
Início do período		44	45
Fim do período		916	44
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		872	(11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 30.06.2016		98.539	19.708	49.275	--	167.522
Lucro líquido do período		--	--	--	149.511	149.511
Destinações: - Reservas	11.c	--	--	29.556	(29.556)	--
- Dividendos (R\$ 8.507,43 por ação)	11.c	--	--	--	(119.955)	(119.955)
Saldos em 31.12.2016		98.539	19.708	78.831	--	197.078
Mutações do período		--	--	29.556	--	29.556
Saldos em 31.12.2016		98.539	19.708	78.831	--	197.078
Lucro líquido do período		68.983	(19.708)	(49.275)	169.840	169.840
Aumento de Capital - capitalização de reservas	11.a	--	--	--	--	--
Destinações: - Reservas	11.c	--	8.492	--	(8.492)	--
- Dividendos (R\$ 11.443,11 por ação)	11.c	--	--	--	(161.348)	(161.348)
Saldos em 30.06.2017		167.522	8.492	29.556	--	205.570
Mutações do período		68.983	(11.216)	(49.275)	--	8.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	30.06.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE	5.289.294	5.093.418
Aplicações Interfinanceiras	2.226.815	2.305.476
Outros Créditos	3.062.479	2.787.942
Direitos junto a consorciados contemplados	3.062.479	2.787.936
Normais	3.030.224	2.743.964
Em atraso	32.255	44.272
Cheques e outros valores a receber	--	6
COMPENSAÇÃO	22.488.292	20.462.417
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	242.343	227.953
Contribuições devidas ao grupo	11.669.315	10.633.441
Consorticiados - bens a contemplar	10.576.634	9.601.023
TOTAL DO ATIVO	27.777.586	25.555.835

PASSIVO	30.06.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE	5.289.294	5.093.418
Outras Obrigações	5.289.294	5.093.418
Obrigações com consorciados	2.238.350	2.003.647
Valores a repassar	64.472	61.425
Obrigações por contemplações a entregar	1.784.970	1.850.889
Recursos a devolver a consorciados	778.939	736.570
Recursos do grupo	422.563	440.887
COMPENSAÇÃO	22.488.292	20.462.417
Recursos mensais a receber de consorciados	242.343	227.953
Obrigações do grupo por contribuições	11.669.315	10.633.441
Bens ou serviços a contemplar	10.576.634	9.601.023
TOTAL DO PASSIVO	27.777.586	25.555.835

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul - 1º Andar - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2017

Notas Explicativas

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 1º Andar, Asa norte, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de imposto de renda e Contribuição Social, provisão para as demandas civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18.08.2017.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a curto e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 30.06.2017.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários – Nota 12.d) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção, e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 15.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que viem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 15.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo conglomerado Banco do Brasil. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2017	31.12.2016
Disponibilidades		
Depósitos bancários	916	44
Total	916	44

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	30.06.2017	31.12.2016
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	433.636	406.462
Total	433.636	406.462

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	20.140	21.878
Total	20.140	21.878

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em dias	30.06.2017				31.12.2016			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
1 – Títulos para negociação	59.923	--	59.923	59.923	30.565	30.565	30.565	30.565
Títulos privados	59.923	--	59.923	59.923	30.565	30.565	30.565	30.565
Cotas de fundos de investimentos	59.923	--	59.923	59.923	30.565	30.565	30.565	30.565
2 – Títulos disponíveis para venda	--	--	--	--	676	676	676	676
Títulos privados	--	--	--	--	676	676	676	676
CDB - Instituição financeira ligada	--	--	--	--	676	676	676	676
Total	59.923	--	59.923	59.923	31.241	31.241	31.241	31.241

	30.06.2017	31.12.2016
Por carteira		
Circulante	59.923	30.565
Longo Prazo	--	676
Total	59.923	31.241

	30.06.2017	31.12.2016
Por categoria		
1 – Títulos para negociação	59.923	31.241
2 – Títulos disponíveis para venda	--	676
Total	59.923	31.241

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2017	31.12.2016
Rendimentos		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	20.140	21.878
Rendas de títulos de renda fixa	15	52
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	2.257	1.788
Total	22.412	23.718

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 30.06.2017 e 31.12.2016 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	30.06.2017	31.12.2016
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	541	541
Total	541	541

b) Diversos

	30.06.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições a compensar		
Devedores por depósitos em garantia	38.159	7.515
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	3.610	2.693
Devedores diversos - País	2.582	2.514
Títulos e créditos a receber	545	396
Total	45.264	13.837

8 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	30.06.2017	31.12.2016
Dividendos e bonificações a pagar		
Provisão para participações nos lucros	161.348	119.955
Gratificações e participações a pagar	184	355
Total	161.696	120.310

b) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2017	31.12.2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros		
Impostos e contribuições a recolher	87.665	--
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.309	6.797
Total	95.974	87.658

c) Diversas

	30.06.2017	31.12.2016
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados (1)		
Credores diversos - País (2)	39.483	23.634
Valores a pagar a sociedades ligadas	21.831	8.275
Provisão para passivos contingentes (3)	8.171	7.818
Total	77.080	47.127

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

(3) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

9 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Taxa de administração de consórcios		
Multa e juros recebidos	328.704	299.667
Taxa de cessão	3.777	3.312
Total	335.635	305.723

b) Despesas de Pessoal

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Proventos		
Encargos sociais	(3.997)	(3.106)
Benefícios	(1.896)	(1.739)
Honorários	(876)	(469)
Treinamento	(623)	(610)
Total	(7.481)	(6.063)

c) Outras Despesas Administrativas

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Processamento de dados		
Comunicações	(4.759)	(4.704)
Aluguéis	(569)	(1.293)
Manutenção e conservação de bens	(328)	(315)
Viagens	(58)	(47)
Serviços técnicos especializados	(58)	(32)
Publicações	(53)	(56)
Água, energia e gás	(39)	(30)
Transportes	(34)	(30)
Serviços de terceiros	(33)	(27)
Promoções e relações públicas	(24)	(31)
Material de expediente	(22)	(26)
Contribuições filantrópicas	(8)	(20)
Outras	(500)	(500)
Total	(288)	(321)

d) Outras Receitas Operacionais

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Taxa de permanência		
Reversão/Baixa de passivos contingentes	4.270	2.880
Variações monetárias ativas	2.613	2.997
Recuperação de encargos e despesas	99	101
Total	7.020	5.978

e) Outras Despesas Operacionais

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.		
Remuneração aos parceiros comerciais	(30.823)	(32.189)
Passivos contingentes	(8.133)	(11.082)
Variáveis monetárias passivas	(2.813)	(5.222)
Atualização dos recursos dos consorciados	(2.303)	(1.934)
Banco do Brasil - suporte operacional	(1.753)	(1.371)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(906)	(695)
Taxas e tarifas bancárias	(857)	(545)
Demanda judiciais	(500)	(596)
Custos indiretos Contadoria/Direção Geral	(390)	(1.232)
Outras	(141)	(112)
Total	(48.669)	(55.116)

10 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Despesas Não Operacionais		

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul - 1º Andar - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2017

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico atualizado em 30.06.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média do CDI.

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	51	45
Em 2019	390	319
Em 2020	463	366
Em 2021	544	380
Em 2022	487	315
Em 2023	289	172
Em 2024	204	112
Em 2025	98	50
Em 2026	36	17
Total de créditos tributários em 30.06.2017	2.582	1.776

No 1º semestre de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na BB Consórcios S.A. no montante de R\$ 338 mil, superior à respectiva projeção para o período de 2017, constante do estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

13 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com a remuneração e benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria e ao Conselho de Administração foram de R\$ 518 mil (R\$ 519 mil no 2º semestre de 2016) e ao Conselho Fiscal foram de R\$ 105 mil (R\$ 91 mil no 2º semestre de 2016).

A BB Consórcios não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Consórcios realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), operações com instrumentos financeiros, depósitos remunerados e operações compromissadas. Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos. A BB Consórcios celebrou, em 11/03/2015, a novação desse convênio de ressarcimento de despesas e rateio de custos diretos e indiretos com o Banco do Brasil S.A., com vigência retroativa a 01/02/2015 e com prazo de duração de 5 (cinco) anos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Consórcios com o controlador em 30.06.2017 e 31.12.2016 e resultados no 1º semestre de 2017 e 2º semestre de 2016:

	Nota	R\$ mil	
		30.06.2017	31.12.2016
Ativos			
Disponibilidades	4	916	44
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	433.636	406.462
Títulos e valores mobiliários - CDB - Instituição financeira ligada	6.a	--	676
Passivos			
Outras obrigações - sociais e estatutárias - dividendos	8.a	161.348	119.955
Valores a pagar a sociedade ligadas	8.c	8.171	7.818

	Nota	R\$ mil	
		1º Sem/2017	2º Sem/2016
Resultado			
Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	20.140	21.878
Rendimentos de títulos de renda fixa	6.b	15	52
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	9.e	(30.823)	(32.189)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾		(2.404)	(1.948)
Despesas de pessoal		(7.414)	(5.933)
Despesas administrativas diversas		(2.803)	(4.019)
Variações monetárias passivas	9.e	(2.303)	(1.934)

(1) Refere-se, principalmente, às transações de taxas e tarifas bancárias, manutenção e desenvolvimento de sistema, suporte operacional – Banco do Brasil S.A. e custos indiretos Contadoria/Direção Geral.

14 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Consórcios de todos os custos decorrentes.

	30.06.2017	31.12.2016
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil S.A.	51	37
Maior Salário (em R\$)	36.551,76	36.551,76
Menor Salário (em R\$)	4.882,77	7.712,71
Salário Médio (em R\$)	11.698,24	13.314,43

15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais
As ações fiscais, que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referem-se à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	1º Sem/2017	2º Sem/2016
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	85	66
Constituição	27	21
Reversão da provisão	--	(2)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo Final	112	85
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	7.310	5.104
Constituição	2.786	5.201
Reversão da provisão	(2.613)	(2.995)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo Final	7.483	7.310
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	7.595	7.395

Cronograma esperado de desembolso

	R\$ mil	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	60	6.094
De 5 a 10 anos	39	1.357
Acima de 10 anos	13	32
Total	112	7.483

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	R\$ mil	
	30.06.2017	31.12.2016
Demandas Cíveis	469	912
Demandas Fiscais	4	--
Total	473	912

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	R\$ mil	
	30.06.2017	31.12.2016
Demandas Cíveis	3.610	2.693
Total	3.610	2.693

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	30.06.2017	31.12.2016
Quantidade de consorciados ativos	650.970	665.495
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	216.929	215.219
Quantidade de bens entregues no período ⁽¹⁾	57.635	109.575
Quantidade de bens pendentes de entrega	55.353	60.858
Quantidade de inadimplentes contemplados	21.819	21.537
Quantidade de grupos administrados	375	469
Taxa de administração média ponderada no período	16,43%	15,68%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	3,35%	3,21%

(1) Os bens entregues referem-se ao semestre encerrado em 30.06.2017 e ao exercício encerrado em 31.12.2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e ao acionista da
BB Administradora de Consórcios S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional BB Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2



DIRETORIA

Presidente

Alexandre Luis dos Santos

Diretor Executivo

João Marques do Vale

Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração

Edson Pascoal Cardozo (Presidente)

Moisés de Sousa Carvalho Pereira

Simão Luiz Kovalski

Bruno Nunes Sad

Reinaldo Kazufumi Yokoyama

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016, Decreto Regulamentar nº 8.945/2016 e Resolução CMN 3.198/2004, além de outras designadas por aquele Conselho.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, a diretoria, o Banco Central do Brasil e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB Consórcios.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, governança corporativa, segurança, gestão de riscos e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou as demonstrações contábeis e notas explicativas e os relatórios da administração e do auditor independente.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 30/06/2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília – DF, 18 de agosto de 2017.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

Conselho Fiscal

Júlio César Costa Pinto

Luciana Maria Rocha Moreira

Clara Marcelle Alves Meneses

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC DF 017.601